



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000485899

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000942-72.2016.8.26.0319, da Comarca de Lençóis Paulista, em que são apelantes COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL e HELDER LUIZ MUSSOLINI, é apelado OSWALDO PRANDINI (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), CESAR LACERDA E CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 19 de junho de 2019.

Berenice Marcondes Cesar

Relator

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível - nº 1000942-72.2016.8.26.0319
Apelante/Réu: CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ E OUTRO.
Apelado/Autor: OSWALDO PRANDINI
MMª. Juíza de Direito: Natasha Gabriella Azevedo Motta
Comarca de Lençóis Paulista — 1ª Vara Cível

Voto nº 29121

ACIDENTE DE VEÍCULO. REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIDADE CIVIL. CULPA. Presentes os requisitos ensejadores do dever de reparar (ato ilícito culposos, dano, e nexo causal entre estes), torna-se de rigor a reparação dos danos causados – conteúdo fático-probatório dos autos que demonstrou a culpa do Réu pelo acidente. RECURSO DOS RÉUS NEGADO PROVIMENTO.

Trata-se de “ação de indenização por danos materiais” ajuizada por OSWALDO PRANDINI contra HELDER LUIZ MUSSOLINI e CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, julgada parcialmente procedente pela r. sentença (e-fls. 127/132), para condenar os Réus ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 17.790,00 (dezessete mil, setecentos e noventa reais), atualizada monetariamente pelos índices constantes da Tabela Prática do TJSP a partir do efetivo prejuízo e de juros de mora a contar do evento danoso de acordo com a súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. Em razão da sucumbência, condenou os requeridos ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Inconformados, os Réus interpuseram o presente recurso (e-fls. 134/145).

É o relatório.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença “a quo” que julgou parcialmente procedente o pedido de indenização por danos materiais decorrentes de acidente de veículo.

Na hipótese dos autos, extrai-se que o Autor se envolveu em acidente de trânsito com o veículo conduzido pelo Réu HELDER LUIZ MUSSOLINI, pertencente à empresa Requerida CPFL e responsável objetiva, dispondo ter sofrido danos de cunho material. Alegou que transitava pela Rua Alvino dos Santos quando, no cruzamento com a Avenida das Andorinhas, foi surpreendido pelo veículo conduzido pelo Réu HELDER que desrespeitou a sinalização de pare presente no local. Requereu a condenação dos Réus ao pagamento de indenização por danos materiais, consistente nos gastos efetuados com o reparo do veículo segundo menor orçamento apresentado (*e-fls.* 22/26).

Citados, os Réus contestaram o pedido (*e-fls.* 39/50), discorrendo, em síntese, não ter agido com culpa uma vez que foi o próprio Autor que, dirigindo em alta velocidade, atingiu o veículo quando este ia adentrar na avenida. Impugnou a pretensão indenizatória, pugnando pela improcedência dos pedidos iniciais.

O MM. Juiz, porém, entendendo de maneira diversa, reconheceu a existência de culpa dos Réus pelo acidente, dispondo na r. sentença que, “(...) cabia a quem trafegava pela Avenida das Andorinhas realizar a parada obrigatória, no caso, o requerido Hélder Luiz Mussolini, não podendo ser afastada sua culpa pela ocorrência do acidente (...)”.

Com o apelo dos Réus, devolveu-se a este E. Tribunal de Justiça a seguinte questão: a existência, ou não, de culpa pelo acidente; a existência.

Pois bem, na hipótese dos autos não se discute a efetiva ocorrência do acidente, fato este incontroverso. A discussão, porém, está em se saber se os Réus agiram com culpa para a sua ocorrência e, se superado tal obstáculo, a ocorrência dos danos dele decorrente.

De qualquer forma, como é sabido, para que haja o dever de indenizar é necessário o preenchimento dos pressupostos da responsabilidade civil, *in casu*, a conduta culposa do Réu HELDER, os danos experimentados pelo Autor e o nexo causal entre um e outro.

E, analisando-se o conjunto fático-

probatório dos autos, faz-se necessário destacar o conteúdo do boletim de ocorrência (e-fls. 19/21) – corroborado pelas imagens apresentadas aos autos (e-fls. 2/4 e 87/98) –, no qual pode-se vislumbrar com clareza que o veículo dirigido pelo Réu HELDER adentrou a pista da avenida, desrespeitando a sinalização de “PARE” no momento em que o Autor trafegava pela via preferencial, colidindo com este.

Ora, não se pode desconsiderar tal prova quando esta constitui verdadeira comprovação da dinâmica dos fatos, pouco importando o fato de o Autor estar supostamente em alta velocidade, uma vez que isso não exclui a responsabilidade do Réu HELDER pela imprudência ao cruzar a pista. Não é possível imputar ao Autor qualquer responsabilidade pelo ocorrido enquanto transitava normalmente pela via e teve sua trajetória interceptada pelo veículo dos Réus que, inadvertidamente, cruzou a pista sem condições para fazê-lo.

Nestes termos, verifica-se que o Réu HELDER não guardou a necessária prudência ao aproximar-se do cruzamento, contrariando a alegação de que era do Autor a obrigação de cercar-se de cuidado ao aproximar-se do cruzamento, desrespeitando as normas de trânsito (CTB, art. 44 c/c art. 29, II)¹ e violando por conseguinte, o dever objetivo de cuidado, o que caracteriza sua culpa na modalidade imprudência.

Sobre o tema, o i. Arnaldo Rizzardo (Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro. 7ª edição. Editora RT. p. 146/147), ao comentar o art. 44, assim esclareceu:

“Saliente-se que são cuidados de rigorosa obediência nos cruzamentos, mesmo que amparado o condutor na preferência de passagem, pois assim consegue-se evitar acidentes inclusive nos casos em que o veículo tem a frente “cortada” por outro que, inadvertidamente, cruza a via sem respeitar a preferencialidade, ou não verifica se há outro automóvel transitando na pista.”.

¹ Art. 44. Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.

Art. 29. (...)

II – O condutor deverá guardar distância de segurança (...), considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.

No caso em questão, restou comprovado o fato constitutivo do direito do Autor, que demonstrou ser sua a preferência pela via, não tendo o Réu HELDER tomado as devidas medidas de direção defensiva, desrespeitando a preferência da via e a sinalização lá constante, o que atesta a sua culpa pelo acidente.

Na esteira de tal entendimento, presentes os requisitos ensejadores do dever de reparar (ato ilícito culposos, dano, e nexo causal entre estes), a condenação dos Réus ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados foi medida acertada e que deve ser mantida.

Com relação ao *quantum* indenizatório à título de danos materiais, não há que se falar em reforma da r. sentença atacada, visto que apesar de impugnados os valores, não houve comprovação do excesso, devendo o valor arbitrado pelo magistrado “*a quo*” ser mantido, já que corresponde ao menor orçamento apresentado (e-fls. 22 e 23).

Insta salientar, por fim, que a responsabilidade da concessionária Ré COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ é objetiva, considerando que o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que rege a responsabilidade civil do Estado, admite o exame do dolo ou culpa somente na ação regressiva contra o responsável, a ação de reparação de danos dirigida contra as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, como no caso em exame, deve ser pautada pela responsabilidade civil objetiva.

É nesse sentido o atual posicionamento do E. Supremo Tribunal Federal:

*“Agravos regimentais no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Estabelecimento público de ensino. Acidente envolvendo alunos. Omissão do Poder Público. **Responsabilidade objetiva.** Elementos da responsabilidade civil estatal demonstrados na origem. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. **1. A jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de que as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos que causarem a terceiros, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, tanto por atos comissivos quanto por omissivos, desde que demonstrado o nexo causal entre o dano e a omissão do Poder Público.** 2.*

O Tribunal de origem concluiu, com base nos fatos e nas provas dos autos, que restaram devidamente demonstrados os pressupostos necessários à configuração da responsabilidade extracontratual do Estado. 3. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame de fatos e provas dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF. 4. Agravo regimental não provido.” (ARE 754778 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 26/11/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-251 DIVULG 18-12-2013 PUBLIC 19-12-2013);

“RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO PODER PÚBLICO – ELEMENTOS ESTRUTURAIS – PRESSUPOSTOS LEGITIMADORES DA INCIDÊNCIA DO ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO – MORTE DE INOCENTE CAUSADA POR DISPARO EFETUADO COM ARMA DE FOGO PERTENCENTE À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL E MANEJADA POR INTEGRANTE DESSA CORPORAÇÃO – DANOS MORAIS E MATERIAIS – RESSARCIBILIDADE – DOCTRINA – JURISPRUDÊNCIA – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - Os elementos que compõem a estrutura e delineiam o perfil da **responsabilidade civil objetiva do Poder Público compreendem** (a) a alteridade do dano, (b) a causalidade material entre o “eventus damni” **e o comportamento positivo (ação) ou negativo (omissão) do agente público**, (c) a oficialidade da atividade causal e lesiva imputável a agente do Poder Público que tenha, nessa específica condição, incidido em **conduta comissiva ou omissiva**, independentemente da licitude, ou não, do comportamento funcional e (d) a ausência de causa excludente da responsabilidade estatal. Precedentes. **A ação ou a omissão do Poder Público, quando lesiva aos direitos de qualquer pessoa, induz à responsabilidade civil objetiva do Estado, desde que presentes os pressupostos primários que lhe determinam a obrigação de indenizar os prejuízos que os seus agentes, nessa condição, hajam causado a terceiros.** Doutrina. Precedentes. - Configuração de todos os pressupostos primários determinadores do reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do Poder Público, o que faz emergir o dever de indenização pelo dano moral e/ou patrimonial sofrido. (RE 603626 AgR-segundo / MS - MATO GROSSO DO SUL. Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma. Julgamento: 15/05/2012. ACÓRDÃO ELETRÔNICO. DJe-113 PUBLIC 12-06-2012).

Desta forma, e diante do que dispõe o

artigo 85, § 11 do CPC, e do trabalho adicional realizado em grau recursal, é devida a majoração da condenação dos honorários para 12% sobre o valor atualizado da condenação.

Ante o exposto, **CONHEÇO** e **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto pelos Réus, a fim de manter a r. sentença de primeiro grau, **com observação** quanto a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais para 12% sobre o valor da condenação.

Berenice Marcondes Cesar

Relatora